

## **O QUE É IDEOLOGIA?**

### **Federação Anarquista Uruguaia (FAU)**

Todo atuar humano, em todas as vastas expressões de sua multiplicidade, pressupõe uma fundamentação ideológica que o sustenta como pensamento e ação. A esta condição inexorável do fazer do homem, não escapa a formulação de qualquer linha política, nem o processamento da prática política concreta. Portanto, é preciso definir a ideologia, que por trás de cada ato humano situa-se e faz compreensível esta ação. Então, isso nos coloca frente à pergunta. O que é ideologia?

Expressando-nos em termos concretos, ainda que totalmente rigorosos, podemos assegurar que a ideologia é uma estrutura conceitual que considera, fundamentalmente, duas finalidades, que vamos referir no político. Por um lado, a ideologia indica um objetivo para a prática política, propõe um modelo social a ser alcançado. Ou seja, que tem um propósito finalista. Não é possível conceber uma prática política revolucionária sem a formulação de uma finalidade. Assim, a ideologia forma parte organicamente, enquanto tal, de toda totalidade social.

Todo movimento que pretende transformar o mundo propõe um objetivo a alcançar, que implica em um modelo social de caráter ideal: uma utopia social, por assim dizer. Ainda aquelas teorias, como a marxista – insistiram que a prática política deve fundamentar-se em um estudo detalhado da realidade, na análise prevalente das chamadas condições objetivas ou reais – não deixam de formular um objetivo. E ainda quando o próprio Marx e seus seguidores procuraram determiná-lo em seus traços gerais, não deixam de constituir um modelo ideal expressado em termos abstratos e, portanto, de caráter utópico.

Podemos afirmar que o socialismo formula como objetivos traços utópicos, na medida em que a sociedade comunista do futuro só pode ser prevista em seus traços mais essenciais e gerais, naquilo que diz respeito a suas características. Contudo, não deixam de ser formulados como objetivos. E o que é mais importante, esta formulação como objetivo da sociedade comunista, condiciona o caráter do processo que as lutas deverão experimentar para seus ganhos. Em outros termos, quando tratamos do tipo de sociedade finalista para a qual nos inclinamos, implicitamente estamos condicionando os meios que vamos empregar para sua concretização. Ninguém pode determinar, seriamente, como objetivo final, a construção de uma sociedade comunista e empregar para isso um método de ação ou uma prática política que sejam próprios do patrimônio ideológico da burguesia.

Por outro lado, a ideologia cumpre com uma segunda finalidade essencial: proporcionar os elementos conceituais que permitam pensar a realidade. Uma ideologia é um sistema de representações, de imagens de idéias e de conceitos. E por que não dizer, que também integram este sistema os mitos. É muito importante não esquecer que o pensamento não é influenciado pelos conceitos e que estes são instrumentos tão concretos como qualquer outro. Assim como é necessário um martelo para pregar um prego, e ele deve ser fabricado, os conceitos são necessários para pensar, e eles devem ser produzidos. Precisamos de ferramentas conceituais para poder pensar.

A história do pensamento humano foi, e continua sendo, um processo de produção de instrumentos conceituais que vêm permitindo a possibilidade de conformar um pensamento científico. Por isso o trabalho dos teóricos socialistas foi inestimável, já que elaboraram e determinaram que fossem utilizados conceitos que permitiram compreender o funcionamento da sociedade capitalista, seus fundamentos, suas contradições, e prever qual será o decurso futuro da sociedade.

Os conceitos possuem uma existência e um papel histórico no seio de uma determinada sociedade. Graças a eles, e por sua influência, é possível aprender a realidade, entendê-la e transformá-la. É vital, então, para a atividade política de qualquer organização revolucionária, não só formular um modelo social finalista em direção ao qual se deve caminhar, mas também conhecer, da maneira mais aprofundada possível, a realidade em que se atua e, com base nisso, realizar sua previsão de futuro. Carecer de alguns destes elementos é cair na grave contradição entre a prática política da organização e o processo histórico em que se atua. É incorrer em um erro que só pode ter como resultado a incoerência, a desintegração ou a contenção do fenômeno revolucionário. Erros deste tipo são: pensar que a realidade do Uruguai de hoje admite a possibilidade de voltar ao passado; supor que, por meio das instituições do sistema social vigente, é possível chegar à sua transformação, ou considerar que há possibilidade de desenvolvimento dentro das fronteiras capitalistas, que permita a superação das atuais dificuldades de caráter político e econômico-social.

A linha política e as formas organizativas da ação revolucionária devem resultar de uma análise da realidade e de uma previsão do futuro. Esta análise é processada por meio do pensamento e da ação em interação dialética. O sistema de representações e conceitos (que possui uma lógica e um rigor próprios), que investiga o porquê e o para quê da realidade social, é o que permite a revisão, e que, por sua vez, condiciona a ação política concreta.

Voltando a nossa primeira afirmação: não é possível pensar nem agir sem ideologia, não há conduta humana aideológica; a ideologia é pensamento e ação. De maneira esquemática, poderíamos dizer que a ideologia é uma estrutura ou sistema de conceitos que permite:

1. A formulação de um objetivo finalista (que deve ser explicado da maneira mais clara possível).
2. A apreensão ou compreensão definida da realidade em que se vive, por meio de sua análise profunda e exaustiva.
3. A previsão mais aproximada possível do futuro desta realidade, de sua transformação, tanto naquilo que seja espontâneo, quanto deliberado. Ou seja, em nosso caso, a ideologia não admite o caráter de espectador interessado e analítico das condições ou transformações espontâneas da realidade, mas nos obriga a pensar voluntariamente, voluntariosamente, no sentido de seu futuro...

\* Retirado de Juan Mechoso. Acción Directa Anarquista: una historia de FAU. Montevideo:

Recortes, s/d, pp. 223-224.

\* Tradução: Felipe Corrêa

## **A História na Visão de Anarquistas**

### **Anderson Romário Pereira Corrêa**

Objetiva-se analisar como foi abordada a História por alguns pensadores e “teóricos” do anarquismo. Para atingir este objetivo, foi feita uma revisão de alguns textos de anarquistas “clássicos”, que se destacaram como pensadores e filósofos do movimento anarquista internacional: Proudhon, Bakunin, Kropótkine e o historiador Rudolf Rocker. Parte-se do princípio de que uma das funções da História é servir de instrumento para a transformação da sociedade, e que é utilizada pelos mais variados “agentes sociais” como “guia para ação”. O trabalho inicia com uma definição de passado ontológico e epistemologia do passado. Logo se apresentam as discussões atualizadas sobre a produção do conhecimento histórico, sua “evolução”. Em seguida, constrói-se o cenário, como os historiadores vinham pensando e discutiam sobre seu ofício, ou seja, o cenário em que se inserem os escritos anarquistas sobre a história. Faz-se uma “análise de conteúdo” destacando trechos em que os autores citados acima dedicaram algumas linhas para escrever sobre a História. Para concluir, compara-se a análise com o contexto histórico e as discussões atualizadas.

#### **1. Introdução.**

É difícil saber se este trabalho é uma história da História a partir do pensamento anarquista ou se é uma história do pensamento anarquista e suas concepções de História. Talvez seja um pouco de cada. O que se pretende saber é como os anarquistas entendiam a História, tanto no sentido ontológico quanto no epistemológico. É importante destacar como e por que se faz o estudo da História no pensamento anarquista.

A história ontológica é o passado real e concreto, a História epistemológica significa a construção de um saber, uma disciplina, uma ciência (teoria e método) compreendendo também seu discurso (historiografia). Os procedimentos da análise seguirão a técnica da “comparação” dos modelos, e a relação ao contexto da produção literária.

Rodrigo Quesada Monge diz que, com o fim do projeto do Capitalismo de Estado (monopoliza), ocorre, principalmente após 1989, um crescente descrédito na teoria marxista para interpretação da história. Muitos historiadores utopistas e sonhadores ficam, assim, órfãos de um projeto teórico de uma filosofia da história. O historiador afirma que, se forem revisados os trabalhos investigativos dos grandes historiadores anarquistas como Nettlau, Paul Avrich, Rudolf Rocker, Murria Bookchin y Howard Zinn, somente para recordar alguns exemplos, aparece um exaustivo levantamento documental unido a um desmedido compromisso político e social com as implicações morais e políticas do seu ofício. (MONGE, 2006) Para saber no aspecto teórico e metodológico a prática historiográfica dos anarquistas, correto seria analisar as produções historiográficas destes. Escolher um período e conjuntura e estudar esta produção. Porém esta tarefa não é obra para nenhum pesquisador solitário. A intenção deste artigo é bem mais modesta e limitada ao discurso, ao que se afirma sobre “como deve ser” e não necessariamente ao que realmente é.

José Carlos Reis escreve que a história, assim como toda cultura ocidental, passou por uma transição entre o século XVIII e o século XX. Esta transição caracteriza-se pelo iluminismo (racionalista, globalizante e moderno), o estruturalismo e o pós-estruturalismo.

O projeto iluminista vê a história como “espírito universal”, que progressivamente vai “tomando consciência de si”. O projeto moderno e iluminista é extremamente otimista, crê no poder da razão. A hipótese iluminista é hegeliana, não pode não ter sentido. A história seria então governada pela razão. A história, segundo Carlos Reis, é a busca de sentido e não vontade de potência. O projeto iluminista legitima toda violência contra o passado-presente, que é considerado um entrave para o progresso e evolução. (REIS, 2000:178s)

No século XX, o movimento estruturalista veio desconfiar deste sujeito consciente em busca da liberdade. A convicção de que a razão governa o mundo foi posta sob suspeita. Passou-se a duvidar do progresso, do evolucionismo, do eurocentrismo, da razão racionalista. O homem não é totalmente sujeito e livre, e a sociedade não é guiada por uma teleologia. De acordo com José Carlos Reis, a história deveria dedicar-se mais ao repetitivo, cíclico, resistente, inerte e estrutural. Deveria dedicar-se à realidade empírica, produzindo um saber objetivo e conceitual. O estruturalismo ainda se diz racionalista, porém procura a razão a contrapelo, onde ela se esconde, acaba adotando um determinismo inconsciente. Os estruturalistas são contrários às utopias, pois discordam do fato de misturar a filosofia com a ciência. A utopia só faz sentido dentro de um raciocínio típico-ideal, uma abstração que permite conhecer a realidade. (Ibidem:182)

A segunda fase do estruturalismo, o pós-estruturalismo, não duvida da razão, isto é, não acredita na própria existência da razão. Não procuram mais verdades históricas, nem essenciais, nem aparentes, nem manifestas e nem ocultas. O universal não é pensável, a unificação é impossível. O conhecimento histórico pós-estrutural é antiestrutural, parcial, limitado, individual, em migalhas. Não se quer neutralidade, passividade, serenidade e universalidade. Não existe uma razão, moral, verdade universal. A partir dos anos 80, o homem não é mais o horizonte do historiador, a história deixou de ser análise do passado para produzir mudanças no presente etc.(Ibidem:183)

Acima foi transcrito como Carlos Reis descreve a relação e influencia da cultura ocidental na concepção de história e na prática historiográfica. Esta trajetória que ocorreu aproximadamente entre os anos 30 e 80 do século XX. Carlos Reis diz que uma bandeira que vem ganhando adeptos entre os historiadores é a proposta defendida pelo historiador francês F. Dosse. Este autor defende um retorno ao projeto inicial da Escola dos Annales, que se pode destacar: a mesma relação interdisciplinar com as ciências sociais, a mesma referência à história problema, a mesma resistência e substituição do marxismo. (Ibidem: 187) A compreensão e o aprimoramento do saber histórico, absorvendo todo o avanço possível das ciências humanas e sociais, esta em gestação. Para Dosse:

A lógica mesma da ação mantém aberto o campo dos possíveis, em uma reabertura das potencialidades do presente alimentada pelos possíveis não averiguados do passado. A função da história continua, portanto, viva, e o luto das visões teleológicas pode se tornar uma chance para se repensar o mundo do amanhã. (DOSSE, 2003:16)

Enfim, procura-se entender como os anarquistas viam a história, enquanto o que ficou para trás, em que medida e como esta história influencia o presente e o futuro dos indivíduos e da sociedade. Também se procura saber em que medida a História, enquanto saber, se constitui em ciência e, se para os anarquistas, é possível uma previsibilidade e o estabelecimento de leis históricas.

## 2. História e historiografia (de 1840 a 1940).

A delimitação temporal para trabalhar deveu-se ao fato de ser o período que abrange a produção dos “teóricos” que serão analisados. As produções de Proudhon que iniciam por volta de 1840 e a de Rudolf Rocker, em 1937. As discussões sobre filosofia e teoria da história da segunda metade do século XIX e da primeira metade do século XX, serão o contraponto para análise e comparação da produção dos teóricos anarquistas. Cenário habitado por discussões de historiadores historicistas e a Escola Metódica como Leopold von Ranke, Taine e Fustel de Coulanges, Gabriel Monod, Charles Seignobos, Charles Langlois. Aparece a concepção de história enquanto ciência social com a transição entre Henri Berr e o movimento dos Annales com Lucien Febvre e Bloch.

Os principais historiadores antes de 1840 eram conhecidos como românticos. Produziam uma história com comprometimento político, como Michelet e Tocqueville. São eles que estão publicando suas histórias neste período, em defesa das experiências republicanas e democráticas liberais. Até aproximadamente 1860 vai a hegemonia dos historiadores românticos com forte ligação com a filosofia. O historicismo, ou a “Escola Metódica” e positiva, pretende elevar a história à categoria de ciência. Leopold von Rank defende a separação da filosofia da história, ele critica a metafísica hegeliana e acredita que a história constitui um saber científico na medida em que se detém no empírico, nos fatos e na individualidade histórica. (COLLIOT-THÉLENE, 1995:20) Emanam um espírito positivo que abrange a história, e passa a predominar entre os historiadores, inicia-se uma luta contra a influência da filosofia da história na ciência da história. A ciência histórica quer ser objetiva, quer formular enunciados adequados ao seu objeto e que sejam válidos para todo tempo e lugar, como estimavam que faziam as ciências naturais. (REIS, 1996:07) A história procura encontrar fatos e descobrir verdades, a história é a ciência da observação. No final da década de 70 do século XIX, Gabriel Monod inicia uma produção voltada para o método histórico, empreitada levada adiante também por Charles Langlois e Seignobos. No final do século XIX, este esforço de criar uma história científica, dividiu-se em três proposições: A proposição rankiana, que aproxima a história das ciências naturais; a orientação de Dithy, que quer descobrir o que há de específico no conhecimento histórico e cria a concepção de ciência social, lugar onde se destaca a história; e o marxismo.

Ao iniciar o século XX, ocorre um período transitório entre a “Escola Metódica” e a “Escola dos Annales”, onde Charles Péguy, F. Simiand, Dithéy e Henri Berr constroem uma concepção de história relacionada às ciências sociais. A história está, então, entre as ciências sociais e não entre as ciências naturais. O objeto de estudo do historiador é o próprio homem, a sociedade humana. Dosse escreve que o projeto da Escola dos Annales é um projeto de espírito de “Frente Popular”, e para demonstrar isto ele traça o itinerário de alguns membros fundadores da Escola. No início da vida intelectual, Lucien Febvre era socialista fervoroso; segundo Dosse, ele escreve, entre 1907 e 1909, no *Lê Socialiste Comtois*, órgão semanal da federação do Doubs da SFIO (Seção Francesa da Internacional Operária). No dia 21 de março de 1909, redige mais da metade da primeira página do jornal com quatro artigos: “Viva a vida! Abaixo a autoridade”. Em 1909, ele escreve em um artigo: “Ah querido velho Proudhon! E há pessoas que dizem que você está morto! Vai, esteja tranquilo: a personalidade humana se empertigará, enfim, ela que há tantos séculos vinha se corrompendo, imutável nessa degradação. Ela solta com uma voz ainda fraca, mas que não é mais tímida, o grito libertador que você mesmo soltava: nenhuma autoridade!” (DOSSE, 2003:92) François Dosse diz que Lucien Febvre vê no discurso marxista ao mesmo tempo uma concepção tão voluntarista e factual quanto à da história tradicional e também sua forma de espiritualismo econômico. (Ibidem:98) Portanto, a Escola dos Annales procura se constituir, por seus fundadores em 1929, numa alternativa à história tradicional e à história marxista, com a emergência do econômico e do social na História. Lucien Febvre e Marc Bloch veem na teoria das probabilidades, na teoria da relatividade da medida temporal e espacial, a possibilidade de a história aspirar, ao estatuto de ciência, contanto que critique os testemunhos do passado, elabore fichas de leitura, teste as hipóteses, passe do dado ao criado. Segundo Dosse, eles acreditam que a pesquisa histórica pode tomar emprestada a via das pesquisas causais a partir da crítica dos documentos, mesmo se aos olhos dos promotores dos Annales ela deva se precaver contra toda metafísica, contra todo monismo de causalidade. (Ibidem:55) Dosse escreve que o projeto dos Annales é indissociável de sua dimensão estratégica: Todo projeto científico é inseparável de um projeto de poder /.../. Vontade de convencer e vontade de poder estão unidas como a luz e a sombra. (Ibidem: 71)

### 3. Anarquismo.

O anarquismo pode ser entendido como uma ideologia, matriz de pensamento e teoria revolucionária. Como movimento político e social, com propósitos revolucionários aparece entre os operários na Associação Internacional dos Trabalhadores (A.I.T), também conhecida como “Primeira Internacional” (1864) e nos grupos de conspiradores revolucionários organizados por Bakunin, que seguiam as ideias federalistas e mutualistas de Proudhon.

Os anarquistas são também conhecidos como socialistas libertários, para distinguir-se dos marxistas, que são denominados de socialistas autoritários. Durante a Primeira Internacional, as teses anarquistas revolucionárias defendiam a proposta de uma revolução social, com a construção do socialismo a partir de bases federalistas, e com autogestão socioeconômica. Acreditavam que o socialismo só é possível com liberdade, e por isso defendiam a abolição do “Estado Moderno”. Os socialistas autoritários (marxistas) eram reformistas, defendiam a conquista do Estado para, através de reformas, irem transformando a sociedade. Enfim, os anarquistas defendem a ideia de uma sociedade sem classes, sem domínio, opressão e exploração. É importante destacar que as concepções de história dos anarquistas, carregam também este componente de disputa, tanto com as concepções conservadoras, quanto com as ideias marxistas. (WOODCOCK, 2002)

### 3.1. Proudhon: “O movimento da história”.

Pierre-Joseph Proudhon, francês, nascido em 1809 e falecido em 1865, foi um dos grandes mestres do pensamento socialista do século XIX. Filho de camponeses, tornou-se gráfico e “livre pensador”; em 1837, conquista uma bolsa na Academia de Besançon para cursar letras ou ciência. O conjunto de sua obra se encontra num horizonte de afirmação da sociedade como realidade plural, dotada de forças coletivas, resultantes da união, da harmonia e da convergência de esforços. Este raciocínio é a arma que esgrime contra o capital e o Estado. (RESENDE, 1986) Para abordar aspectos do pensamento de Proudhon sobre a História, serão utilizados como fontes dois livros: “Proudhon”, de Paulo-Edgar Resende e “Proudhon e Marx”, de Georges Guvitch. Proudhon foi também como o “homem dos paradoxos”, e suas proposições, realmente, muitas vezes eram contraditórias. Para compreender melhor seu pensamento, seria interessante analisá-lo à luz do contexto de produção e encará-los como construção, o que não seria possível nas pretensões deste modesto trabalho.

Na seleção de textos organizada por Paulo Resende e Edson Passeti, a principal referência feita à História, na obra de Proudhon, foi quando Resende e Passeti escrevem: Proudhon afirma não ter um projeto de sociedade, postulando antes um método de análise que possibilite detectar o movimento da história. (Ibidem: 21) Não ficou claro, onde, quando e em que obra Proudhon teria feito esta afirmação, porém se buscou identificar nos textos publicados este “método que detecta o movimento da história”. Segundo os organizadores da obra, o “movimento da história” aponta na seguinte direção: anarquia industrial, feudalismo industrial (referência ao jacobinismo estatizante), império industrial e, finalmente, a república industrial (referente ao mutualismo). (Ibidem: 18) O “movimento da história’ vai na direção da afirmação econômica da autonomia do trabalho, da negação da apropriação do Capital e da “democracia operária”.(Ibidem: 21)

Proudhon escreve que, diante da complexidade do real, o pensamento humano, no início, apela para um princípio de unidade transcendente. Aí, surge o dogma, que é a afirmação

estática, por cima da diversidade histórica, em que a fé religiosa transparece como passividade. (Ibidem: 14) Segundo o pensamento de Proudhon, a metafísica significa a mesma coisa que Deus para as religiões e a procura por um “motor da história” em certas concepções “científicas”. Ao fazer a crítica a toda tentativa totalizadora, e de unidade dogmática, Proudhon opta por chamar sua busca por uma explicação do “movimento da história” de método e não de teoria (para fugir das Leis da metafísica científica). Ele faz questão de afirmar que sua proposta não é exterior, não é transcendente à prática social, e que a “teoria da lei serial” é um método de conhecimento assentado no terreno movediço da realidade plural. Segundo o filósofo, este método estabelece-se na relação de revezamento com a prática.

Segundo Proudhon, este método é um processo bem-determinado de conhecimento, que acompanha o movimento da prática. No pensamento dele, quem diz movimento diz série, unidade diversificada. A série é a condição fundamental da ciência, na medida em que a divisão, e não a unidade, é a primeira condição do que existe. (Ibidem:15s) Para o anarquista, o conhecimento serial é um tipo de saber que se processa em decorrência de uma relação prática dos homens com o mundo e suas criações, ensejando o desenvolvimento integrado entre teoria e prática.” (RESENDE, 1986:16) Proudhon escreve que, na teoria serial, não existe continuidade, pois continuidade é sinônimo de identidade absoluta e é análoga à ideia de substância e de causa. Quem diz substância, fala de algo particular, limitado; portanto, não contínuo nem absoluto. Também ocorre que, se é contínuo, não tem início. Se não inicia, não tem causa. Proudhon diz que a continuidade apresenta-se de fato para nós, mas ela é uma ideia verdadeira somente no momento em que ela apresenta-se anterior à diferenciação dos seres e anterior a nós. A ideia de continuidade é legítima porque a hipótese que ela exprime é em virtude das leis de nosso entendimento, que é obtida da própria observação da série, que é sua contraditória. Assim, a coesão dos corpos e a sucessão dos fenômenos nos dão a ideia de continuidade, mas na verdade esta continuidade não existe em parte alguma.(Ibidem:43)

Pierre-Joseph Proudhon escreve que a natureza não faz nada bruscamente e nem procede por saltos, mas opera de maneira sucessiva e progressiva. Essa ideia de continuidade é, na verdade, “progresso seriado”.

As ideias de continuidade e de progressão parecem realmente se excluir: quem diz progresso diz necessariamente sucessão, transporte, crescimento, passagem, adição, multiplicação, diferença, série, enfim; de maneira que a expressão movimento contínuo não é mais que uma metáfora. (Idem)

O autor diz que cada série encerra em si mesmo seu princípio, sua lei, sua certeza. Cada uma das séries é independente, e o conhecimento de uma não supõe nem engloba o conhecimento da outra. (RESENDE, 1986:45) O que produz nas ciências a diversidade da série é a diversidade do objeto. Ainda que se possa, por abstração de todo objeto, construir uma teoria geral da seriação, as diversas formas de séries não se explicam umas pelas outras. Não existe ciência universal, porque não há objeto universal. (Idem)

De todas essas considerações, resulta que a metafísica, ou teoria da lei serial, não é ciência, mas método; não é um método especial e objetivo, mas um método sumário e ideal; que ela



não prejudica e não exclui nada, acolhe todos os fatos e os nomeia sem temor de ser desmentida por nenhum; que ela não pretende de modo algum produzir por si mesma o conhecimento e não se antecipa à observação: bem diferente dos pretensos sistemas universais, construídos com base na atração, expansão, causação, deificação e outros sistemas ontológicos, monumentos da preguiça e da impotência. (Idem)

Proudhon diz que a série é a antítese da unidade, que se forma pela repetição das combinações diversas da unidade. (Ibidem: 46) A unidade, por sua vez, é considerada elemento da série, se reveste de todas as formas possíveis: (...) Numa roda de engrenagem, a unidade de série é o dente; num tabuleiro de xadrez, essa unidade é a casa; num poliedro, ela é a pirâmide, tendo seu cume no centro do sólido e sua base na superfície. (Idem) Proudhon defende a ideia do “sistema”, que configura o conjunto. O sistema é a roda de engrenagem, o tabuleiro etc. Este sistema deve ser compreendido de maneira progressiva, nos termos que o próprio Proudhon define: Sem unidade, nada de verdade, nada de beleza, nem mesmo de moralidade. Um sistema sem unidade é uma contradição; uma dupla justiça é a própria iniquidade. (Ibidem: 83)

Para Proudhon : (...) a história nos apresenta, numa sucessão lógica e cronológica, os dois princípios – Autoridade e Liberdade –, os mesmos de onde procede todo mal”(Ibidem:70) Ele escreve que, durante todos os tempos e em todas as sociedades, quanto mais um organismo ganha em unidade perde em massa. E que, em toda coletividade, a potência orgânica perde em intensidade o que ganha em extensão e reciprocamente. (Ibidem:83) Acrescenta ele: Essa lei é universal, rege o mundo do espírito tanto quanto o dos corpos; ela se encontra na filosofia, na ciência, no direito, na literatura, na arte, na poesia, na história etc. (Idem) O escritor opõe-se a toda filosofia da história, seja a de Bossuet, de Condorcet, de Saint-Simon, de Hegel ou de Herder. Para ele, a filosofia da história nega a responsabilidade do homem coletivo ou individual, na orientação do esforço voluntário, seja no sentido do progresso ou do regresso. (GURVITCH:89)

Para Georges Gurvitch, na obra de Proudhon está presente a concepção de saber instrumental. No livro “La Célébration du Dimanche”, ele escreve que deve existir uma ciência social (sociologia) que guie a revolução social. (Ibidem:25) Para o anarquista, a ciência deve ser um instrumento para a transformação da sociedade. No livro La Création de l’Ordre, Proudhon escreve: As leis da economia política são as leis da história. (Ibidem:44) Nesta passagem, Proudhon acredita na existência de Leis na “ciência social”, e que, no caso da história, as leis seriam encontradas na economia política. Para Proudhon, a História não é uma ciência, mas matéria de uma ciência. (Idem) Ele recusa confiar na ciência histórica do seu presente, que, segundo ele, é uma reconstrução guiada por ideologias da sociedade existente. (Idem) Em poucas palavras, pode-se perceber que Proudhon acreditava ser possível uma ciência social, e que a História não é uma ciência, mas se utiliza das ciências auxiliares e que, na metade do século XIX, a História era utilizada para fins políticos e ideológicos.

Para Proudhon, o progresso é esforço criador e revolução sempre renovada, é visto como a negativa do absoluto. O progresso é a permanente mudança, transformação. (Ibidem:87) Ele defende uma dialética realista e empírica por um lado, e da liberdade coletiva criadora por

outro. Os resultados não são previsíveis, no sentido de não serem determinados. (Ibidem:43) A dialética proudhoniana prova que, na realidade social, a liberdade e o determinismo social se interpenetram, se completam, se implicam e se polarizam de diversas maneiras. (Ibidem:142)

A análise sobre a ideia de História no discurso de Proudhon ficou prejudicada na medida em que não se teve acesso às obras de Proudhon, mas a interpretações das mesmas. Boa parte das informações apresentadas aqui são frutos de leituras indiretas. Não é necessariamente o que ele disse, mas o que se disse sobre ele. Pelo exposto no texto, é possível afirmar que Joseph Proudhon não quer construir uma teoria absoluta que explique “toda” a história, mas procura compreender a “Conjuntura” capitalista, a partir da “Revolução Industrial” onde ele fala em quatro tipos de períodos ou estágios da sociedade industrial. Ele procura construir um “método que detecta o movimento da história”. Sua concepção é “progressista” e parte da economia política. O progresso para ele representa a continuidade da ruptura. Os fenômenos desenvolvem-se em unidades arranjadas de forma sistêmica, onde cada parte mantém relativa ou total autonomia em relação ao todo. A base da sociedade, para ele, é a “oficina”, por isso ele defende a economia política. Defende as particularidades na história, o empírico, e que não há determinismo na história. Do que foi escrito acima, fica nítido que Proudhon não reconhecia, na História, uma ciência, que a explicação só é possível a partir da economia política (ciência auxiliar). Para ele, a história é uma narrativa lógica, cronológica e que é utilizada de forma político-ideológica.

### 3.2. Bakunin: a história é a negação do passado.

Michael Alexandtovich Bakunin nasceu em 1814 e faleceu em 1876. Pertenceu a uma rica família proprietária de terras na Rússia. Foi na Europa que se converteu ao radicalismo político. Participou das rebeliões que ocorreram em Paris em 1848 e 1849. Era um conspirador nato, viveu a maior parte do tempo de sua vida organizando insurreições, rebeliões, organizações políticas revolucionárias e preso. Nos curtos espaços de tempo que possuía, quando não estava em “barricadas” e organizando revoltas, escrevia principalmente artigos para a imprensa revolucionária e operária. (BAKUNIN, 1999:05s)

Dos vários escritos de Bakunin, neste manuscrito, que, mais tarde, torna-se conhecido como Deus e o Estado, ele dedica algumas linhas ao estudo da História. A primeira edição de Deus e o Estado foi, em 1882, publicada em Genebra, o título da obra não é de autoria de Bakunin, mas dos organizadores dos textos: Carlo Cafiero e Eliséé Reclus. O texto original foi recolhido de trechos do manuscrito denominado “Império Knouto-germânico” de 1871. Bakunin inicia seus escritos afirmando que três elementos constituem na história, as condições essenciais de todo desenvolvimento humano: 1º) a animalidade humana; 2º) o pensamento; 3º) a revolta. À primeira corresponde propriamente a economia social e privada; à segunda, a ciência; à terceira, a liberdade. (Ibidem: 03)

Bakunin escreve que o homem, com toda sua inteligência, ideias sublimes e aspirações infinitas “é produto da vil matéria”. (Idem) O revolucionário russo define-se materialista e escreve: Sim, os fatos têm primazia sobre as ideias; sim, o ideal, como disse Proudhon, nada mais é do que uma flor, cujas condições materiais de existência constituem a raiz. Sim, toda a história intelectual e moral, política e social da humanidade é um reflexo da sua história econômica. (Ibidem: 04) Para Bakunin, a condição animal no homem é nata, o pensamento é uma faculdade e capacidade, a revolta uma necessidade. (Idem) A ação progressiva da história se constituiu em combinar a faculdade de pensar e de se revoltar. É a potência negativa no desenvolvimento positivo da animalidade humana e que constitui tudo o que há de humanidade nos homens. (Idem) Para Bakunin, a humanidade é um ato de revolta; assim escreve: O homem se emancipou, separou-se da animalidade e se constituiu homem; ele começou sua história e seu desenvolvimento especificamente humano por um ato de desobediência e de ciência, isto é, pela revolta e pelo pensamento. (BAKUNIN, 2008:06)

Para exemplificar a animalidade humana, Bakunin cita como exemplo a invasão da França pela Alemanha. No momento em que se aceita esta origem animal do homem, tudo se explica. A história consiste na negação progressiva da animalidade primitiva do homem pelo desenvolvimento de sua humanidade. Progredir é negar o passado. O autor acredita na “evolução” humana, ele é um evolucionista:

O homem, animal feroz, primo do gorila, partiu da noite profunda do instinto para chegar à luz do espírito, o que explica de uma maneira completamente natural todas as suas divagações passadas e nos consola em parte de seus erros presentes. Ele partiu da escravidão animal, e atravessou a escravidão divina, termo transitório entre sua animalidade e humanidade, caminha hoje rumo à conquista e a realização da liberdade humana. (Ibidem:10)

A antiguidade de uma crença ou ideia, longe de provar alguma coisa, deve, pelo contrário, torná-la suspeita entre nós. Justo porque, atrás de nós, está nossa animalidade, e, diante de nós, nossa humanidade; a luz humana, a única que pode nos aquecer e nos iluminar, a única que pode nos emancipar, tornar-nos dignos, livres, felizes, e realizar a fraternidade entre nós, jamais esta no princípio, mas, relativamente, na época em que se vive, e sempre no fim da história.(Idem)

Depois de afirmar que jamais devemos olhar para trás, que é necessário olhar sempre pra frente, onde o autor chega falar em “salvação”, ele assim se refere ao estudo do passado:

(...) se nos é permitido, se é mesmo útil, necessário, nos viramos para o estudo de nosso passado, é apenas para constatar o que fomos e o que não devemos mais ser, o que acreditamos e pensamos, e o que não devemos mais acreditar nem pensar, o que fizemos e o que nunca mais devemos fazer. (Idem)

A História, também pode servir como “lição”, e como testemunho e recurso argumentativo, como nestes exemplos: (...) não faltam as provas da história (Ibidem:23); ou Numa palavra, não é difícil provar, com a história na mão (...) (Ibidem:25)

A contradição de Bakunin está no fato de que ele quer combater a “metafísica”, com outra “metafísica”, fazendo crer que existe um destino histórico. Esta contradição é expressa na passagem a seguir:

Ela sabe, enfim, quando não está viciada pelo doutrinário teológico ou metafísico, político ou jurídico, ou mesmo por um estrito orgulho, quando ela não é surda aos institutos e às aspirações da vida, e que o grande, o verdadeiro objetivo da história, o único legítimo, é a humanização e a emancipação, é a liberdade real, a prosperidade de cada indivíduo vivo na sociedade. (Ibidem:31)

Para tratar do estudo científico dos fenômenos sociais, Bakunin escreve que não são individualidades abstratas, mas indivíduos, agindo e vivendo, que fazem a história. Segundo ele, as abstrações só existem quando conduzidas por homens reais, e acrescenta: Para esses seres formados, não somente em ideias, mas em realidade, de carne e de sangue, a ciência não tem coração. (Ibidem: 32)

Bakunin escreve que a ciência jamais abdicaria de suas teorias eternas; para ele, isso é a “ciência”. Para ele, a ciência não se ocupa do concreto, ela só pode mover-se em abstrações:

Sua missão é ocupar-se da situação e das condições gerais da existência e do desenvolvimento, seja da espécie humana em geral, seja de tal raça, de tal povo, de tal classe ou categorias de indivíduos, das causas gerais de sua prosperidade, de sua decadência e dos meios gerais bons, para fazê-los progredir de todas as maneiras. Desde que ela realize ampla e racionalmente esta tarefa, ela terá feito todo seu dever e seria realmente injusto pedir-lhe mais. (Idem)

A crítica de Bakunin é posta no momento em que ele afirma que, até o presente momento, toda a história humana foi uma imolação perpétua e sangrenta de milhões de pobres seres humanos em nome de uma abstração impiedosa qualquer: Deus, Pátria, poder do Estado, honra Nacional, direitos históricos, liberdade política, bem-público. (Idem)

Bakunin discute a possibilidade da constituição de uma ciência histórica, e faz alguns questionamentos no sentido de saber o seu alcance: A verdadeira ciência da história ainda não existe; quando muito, começam-se a entrever, hoje, as condições extremamente complicadas. Mas suponhamo-la definitivamente feita, o que ela poderá nos dar?(Ibidem: 33) Ele escreve que esta História científica estabelecerá o quadro fiel do desenvolvimento das sociedades que tiveram história. Se ele diz: das sociedades que tiveram história, deixa implícito que em sua concepção existiram sociedades sem história. O ideólogo anarquista escreve: Mas este quadro universal da civilização humana, por mais detalhado que seja, jamais poderá conter, senão, apreciações gerais e, por consequência, abstratas. (Idem)

Sobre os bilhões de indivíduos que forneceram a matéria-prima viva e sofredora desta história, Bakunin diz que eles não encontrarão sequer o mínimo lugar nos anais. Desta forma, eles viveram e foram sacrificados pelo bem da humanidade abstrata, eis tudo! (Idem) Ele pergunta: Será preciso censurar a ciência da história? E responde: Seria injusto e ridículo. (Idem) A

ciência é incapaz de abordar os indivíduos, pois estes são inapreensíveis pelo pensamento, pela reflexão, até mesmo pela palavra, que só é capaz de exprimir abstrações. Esta incapacidade, diz Bakunin, ocorre tanto no presente, quanto no passado. A ciência social, a ciência do futuro, continuará forçosamente a ignorá-los. No que podem contribuir as ciências sociais e a História:

Tudo o que temos direito de exigir dela é que nos indique, com mão fiel e segura, as causas gerais dos sofrimentos individuais, e, entre estas causas, ela sem dúvida não esquecerá a imolação e a subordinação ainda muito frequente, infelizmente, dos indivíduos vivos às generalidades abstratas; e, ao mesmo tempo, nos mostrará às condições gerais necessárias à emancipação real dos indivíduos vivendo na sociedade. Eis sua missão, eis também seus limites (...)" (Ibidem:33s)

Fica evidente que Bakunin é adepto da metafísica, chegando a afirmar: Todos os sistemas de metafísica nada mais são do que a psicologia humana se desenvolvendo na história. (Ibidem: 39) Ele escreve que a história é feita pelos homens, condicionados pelas condições históricas. Para fecundar os elementos históricos, para fazê-los percorrer uma série de transformações, é necessário um fato vivo, espontâneo, sem o qual podem permanecer muitos séculos ainda em estado de elementos improdutivos. (Ibidem: 40)

Neste texto de Bakunin, datado de 1871, Deus e o Estado é uma produção que possui como fundo o processo histórico. O autor inicia a exposição escrevendo sobre "estágios" ou "etapas" da história da humanidade. Bakunin proclama-se materialista, e escreve sobre as crenças e concepções ideológicas e filosóficas dos seres humanos na história. Trabalha com a ideia de progresso e evolução. Possui uma concepção metafísica da história, deixando transparecer que existe um "objetivo" na história, uma lei suprema etc. Para ele, o último estágio da evolução humana é a necessidade de revolta, que potencializa para a construção da sociedade mais humana. Michael Bakunin diz que não devemos estudar o passado, a História, para procurar exemplos positivos, mas sim exemplos negativos, de como não fazer. Justifica dizendo que atrás está nossa animalidade e é na frente que encontramos nossa humanidade. Fica evidente que, para ele, a humanidade não regride, que só existe progresso. Ele acredita que seria possível uma História ciência com suas leis correspondentes. Esta História científica não estudaria os indivíduos, pois somente trataria de generalidades. Teria como tarefa iluminar o caminho para libertação da sociedade e dos seres humanos. Para este anarquista, os indivíduos não apareceriam na História, somente os grandes conjuntos, grupos e classes. Bakunin afirma que existe algo exterior aos homens que condiciona o rumo da história, porém ele acrescenta que a história é feita pelos homens, condicionados, que fecundam os elementos latentes do devir histórico. Assim, percebe-se que Bakunin concorda com a criação de teorias científicas que expliquem o desenvolvimento da história. Ele possui uma concepção metafísica, hipotético-dedutiva e teórica para o estabelecimento da "ciência social" e da História.

### 3.3. Peter Kropótkine: A história no comportamento do homem.

Pedro Alekesyvich Kropotkine nasceu em 1842, na Rússia, e faleceu em 1921, no mesmo país. Era de família rica, descendia de nobres russos. Filho de um oficial de alta patente, Kropótkine não quis seguir a carreira militar e preferiu os estudos científicos. Tornou-se geógrafo, publicando várias obras importantíssimas, é ainda lembrado pelos geógrafos como o cientista que muito contribuiu para o conhecimento da história da terra. Vai para a Europa, onde se dedica ao estudo e produção intelectual, do que ele chama de “idealismo social”. A ciência passou a ser a serva de seus objetivos revolucionários. Na Suíça, participa ativamente de grupos de revolucionários e conspiradores, identificando-se com os anarquistas. Passou a produzir e publicar estudos de sociologia, procurando dar ao anarquismo o caráter de ciência. Para ele, a sociedade evolui no sentido da concretização da sociedade sem classes e sem o Estado. (WOODCOCK, 2002:212s) A obra escolhida para analisar-se, aqui, foi “A Questão Social”. No prefácio da edição francesa, de fevereiro de 1913, Peter Kropótkine agradece ao historiador (anarquista) “Dr. Max Nettlau”, pela ajuda na elaboração das Notas com o grande conhecimento deste último sobre a literatura socialista. (KROPÓTKINE, s/d:09)

Ao referir-se aos avanços da ciência, e a contribuição desta para a melhoria, reforma ou revolução da sociedade, Kropótkine cita, entre esses avanços, a “interpretação antropológica da história”. (Ibidem: 26) Depois de fazer uma avaliação da contribuição de Darwin para a interpretação dos fenômenos, Kropótkine escreve que a ideia de um contínuo desenvolvimento, da progressiva evolução e gradual adaptação dos indivíduos e sociedades às novas condições, a partir do momento em que estas se modificam, encontrou aplicação muito mais larga que a que, até então, pretendia explicar a origem das espécies. Assim escreve que, se fundamentando nesse princípio, tão rico de consequência, foi possível reconstituir, não somente a história dos organismos, mas a própria das instituições humanas. (Ibidem: 40s)

Kropótkine afirma que os estudos de Darwin são os primeiros fundamentos sólidos e científicos da História. O evolucionismo fundamenta a história dos hábitos, dos costumes, das crenças e das instituições humanas. Essa fundamentação científica faltava para os cientistas sociais do século XVIII, e que, para ele, é um golpe contra a metafísica do século XIX:

Essa história – a das sociedades humanas, das várias instituições sociais e das religiões – podemos agora escrevê-la, norteando-nos pelo fecundo princípio da evolução, sem necessidade de recorrermos às formulas metafísicas de Hegel, sem ser preciso apelar para ideias inatas, para uma revelação exterior e superior ou ainda para a substância de Kant. (Ibidem:41)

Pedro Kropótkine diz que, graças aos trabalhos de naturalistas, que souberam aplicar o mesmo método científico aos estudos das instituições primitivas e das leis que delas derivam a sua origem, foi possível estabelecer a história do desenvolvimento das instituições humanas em bases tão firmes como hoje está a história do desenvolvimento de qualquer espécie vegetal ou animal. (Idem) Só foi possível obter resultados exatos, científicos, depois que os homens de

ciência começaram a considerar os fatos históricos do mesmo modo por que um naturalista considera o desenvolvimento gradual dos órgãos de uma planta ou de uma nova espécie. (Ibidem: 42)

O cientista anarquista defende o método empírico para o estudo da história, relacionando a História à antropologia e não à economia política. Para ele, o estudo da antropologia, que o é o estudo da evolução fisiológica do homem e do desenvolvimento das suas instituições sociais e religiosas, auxilia e possibilita a compreensão da História. Só assim foi, enfim, possível traçar as linhas essenciais da história da humanidade, abandonando para sempre a metafísica, que, até então, só havia obstruído o estudo da História tal como a tradição bíblica obstruía outrora o estudo científico e o progresso da geologia. (Ibidem:43)

Apresenta críticas aos marxistas, escrevendo: Em consequência da sua predileção pelo método dialético e pela metafísica econômica, em vez de se aplicarem aos estudos dos fatos concretos da vida econômica dos povos, bastaria referir os numerosos e crassos erros econômicos em que os marxistas incidiram. (Ibidem:43) Kopótkine diz que a metafísica só obstruiu o desenvolvimento e o estudo científico da história. Após criticar a metodologia dos economistas políticos, em relação ao que ele chama de metafísica (deduções) e elucubrações teóricas, Peter Kropótkine escreve: A questão unicamente pode ser resolvida estudando os fatos econômicos pelo mesmo método por que se estudam as ciências naturais. (Ibidem:152) Neste caso, o método empírico.

O cientista escreve que a estrutura da sociedade humana é algo que nunca está definitivamente constituído. As estruturas estão sempre transbordando de vida e vivem em continua mutação conforme as necessidades e aspirações de cada momento histórico. (Ibidem: 162) A história é feita pelos indivíduos, e acrescenta: (...) a nossa concepção de progresso está em uma ininterrupta aproximação do princípio do desenvolvimento da livre iniciativa individual e coletiva.(Idem)

Apresenta o papel político e ideológico do cientista e historiador, que, para ele, apresenta-se também na escolha dos temas de pesquisa: Pois que partido revolucionário somos, procuremos averiguar exatamente a gênese e a evolução das revoluções passadas, desembaraçando a sua história das falsas interpretações estatistas que os historiadores lhe têm atribuído até hoje. (Ibidem:163)

Kropótkine diz que, nas Histórias escritas até aquele tempo, das várias revoluções ocorridas, o que menos vemos nelas é a ação do povo. Afirma que, nestas Histórias, nada ficamos sabendo acerca de sua gênese. Ele afirma que as frases que se habituou ler na introdução dessas Histórias sobre o estado de desespero do povo, nas vésperas das sublevações, não nos elucidam em coisa alguma. Não sabemos como, no meio desse desespero, surgiu no espírito popular, e como se elaborou e desenvolveu a esperança de uma melhoria possível de situação, de uma aurora nova, que o redimisse da condição sofredora em que se achava. (Idem) O escritor incentiva a pesquisa história, ao escrever:

E assim é que, depois de havermos lido essas histórias, que nada esclarecem, se, porventura, quisermos encontrar alguma informação útil sobre a marcha das ideias e do seu despertar no

seio do povo, a parte efetiva que este tomou nos acontecimentos, temos de recorrer às fontes históricas de primeira mão, sem o que ficaremos na mesma, como antes. (Idem)

Na conclusão do livro, Kropótkine afirma que os anarquistas optam pelo método indutivo-dedutivo para a apreciação das instituições humanas. (Ibidem: 170) Para ele, os anarquistas, usando do método indutivo-dedutivo da ciência, para reconstruir as instituições sociais e culturais, baseando-se nas modernas investigações etnológicas e antropológicas e utilizando-se dos documentos históricos que a ciência moderna tem vindo arquivando, oferece-se um caminho para uma interpretação da história. (Ibidem:171) A escolha pelo método indutivo-dedutivo é justificada por Kropótkine na medida em que previne e possibilita ao investigador corrigir possíveis erros nas descobertas e nos próprios métodos. Ele não concorda com a “metafísica alemã” e as “leis científicas”, pois, para ele, estas leis são tomadas como “verdades absolutas”; conforme Kropótkine, em primeiro lugar vêm os fatos, as realidades e a constituição de verdades provisórias, sempre críticas. (Ibidem:172)

Kropótkine diz que, entre os avanços da ciência, está a interpretação antropológica da história. Ele acredita que o evolucionismo confere cientificidade à História. Defende a utilização do método indutivo-dedutivo, que, para ele, é o verdadeiro método científico, partindo do empírico e confrontando com as teorias e generalizações. Defende que os fatos econômicos devem ser estudados com os mesmos métodos das ciências naturais, ou seja, caso a caso. Segundo Kropótkine, o historiador deve ser um agente político. Conforme o “cientista”, nas Histórias das revoluções escritas até aquele tempo, o que menos se vê é a participação do povo. Se por algum motivo, queira-se saber da participação do povo, seus projetos, suas ações, suas formas de organização e suas ideias, é necessário procurar nos documentos históricos.

#### 3.4. Rudolf Rocker: a história como “vontade de potência”.

Rudolf Rocker nasceu em 1873 na Alemanha, e faleceu em 1958 nos E.U.A.; é reconhecido como historiador e ativista anarquista. Contribuiu muito para o pensamento anarquista do século XX, publicando mais de 30 obras. Sua principal obra é, sem dúvida, “Nacionalismo e Cultura”, obra em que assinala que o nacionalismo moderno é uma ruptura no processo geral da cultura. O primeiro capítulo desta obra, que será analisada a seguir, chama-se “La insuficiencia del materialismo económico” ou “A insuficiencia de todas as interpretações históricas”, em algumas traduções. Rudolf Rocker acredita que seja impossível analisar a história com métodos científicos. (ROCKER, 2007)

Rocker escreve que o reconhecimento da significação das condições econômicas na conformação da sociedade é a essência do socialismo. (Idem) Para abordar as interpretações Históricas do marxismo, Rudolff Rocker diz que o erro fundamental da teoria marxista é equiparar as causas dos fenômenos sociais às causas dos fenômenos físicos. (Ibidem:02) Para



ele, quanto mais profundamente se examina as influências políticas na história, mais se chega à convicção de que a “vontade de poder” tem sido, até agora, um dos estímulos no desenvolvimento das formas de sociedade humana. (Ibidem:01)

O historiador anarquista escreve que a ciência se ocupa exclusivamente dos fenômenos naturais, que está ligada ao tempo e espaço, sendo acessíveis aos cálculos do intelecto humano. (Ibidem: 02) Ele diz que grande parte das interpretações históricas se baseiam nesta noção errada das leis da existência e que estão na base de todo acontecimento social. Em outras palavras: porque confundieron las necesidades mecánicas del desarrollo natural con las intenciones y los propósitos de los hombres, que han de valorarse simplemente como resultados de sus pensamientos y de su voluntad. (Idem)

O historiador afirma que não nega a existência na História de relações internas que se pode atribuir à noção de causa e efeito, mas se trata de processos sociais, sempre de uma causalidade de fins humanos. As causalidades de natureza físicas se desenvolvem independentes do nosso consentimento; as causalidades históricas são manifestações de nossa vontade. (ROCKER, 2007) Toda finalidade humana preestabelecida é uma questão de fé, e escapa ao cálculo científico. Assim, Rudolf Rocker diz que: En el reino de los hechos físicos sólo rige el debe ocurrir, en el reino de la fe, de la creencia, existe sólo la probabilidad: puede ser, pero no es forzoso que ocurra. (Idem)

Para ele, toda tentativa de previsão humana, de uma finalidade, é para a existência social de grande importância, porém deve deixar de considerar os acontecimentos sociais como manifestações forçosas de uma evolução naturalmente necessária. Semelhante interpretação tem levado aos piores sofismas e levado à perda total de todo verdadeiro entendimento da história. (Idem) Rudolf Rocker escreve sobre a incapacidade de prever os acontecimentos na história, a partir dos motivos e das causas:

Para el cálculo de motivos y propósitos humanos no hay ninguna medida exacta, porque no son accesibles, de ninguna manera al cálculo. Es imposible calcular y predecir el destino de pueblos, razas, naciones y otras agrupaciones sociales; ni siquiera nos es dado encontrar una explicación completa de todo lo acontecido. (Ibidem:04)

A definição de história, pelo historiador anarquista Rudolff Rocker, é a seguinte: La historia no es otra cosa que el gran dominio de los propósitos humanos; por eso toda interpretación histórica es sólo una cuestión de creencia, lo que, en el mejor de los casos, puede basarse en probabilidades, pero nunca tiene de su parte la seguridad incommovible. (Idem) O escritor diz que toda interpretação da História pode conter ideias importantes para a explicação dos fatos históricos, isto é inquestionável, porém afirma que só não concorda com a afirmação de que a “marcha” da história esteja sujeita às mesmas e idênticas leis dos conhecimentos mecânicos e físicos da natureza. (Idem) Para ele, não existem leis na História, esta é sua afirmação categórica: No hay ninguna ley en la Historia que muestre el camino de cualquier actuación social del hombre. (Idem) As causas que originam os processos da vida social não têm nada de comum com as leis do devir natural físico e mecânico, pois estas causas são resultado das

tendências finalistas dos homens, e que não se deixam explicar de modo puramente científico. (ROCKER, 2007)

Qualquer pessoa que pense de forma mediana sabe que é impossível conhecer um período histórico sem levar em consideração suas condições econômicas. Porém, é completamente equivocado querer que toda a história seja unicamente resultado das condições econômicas. (Idem) Sendo contrário ao monocausalismo econômico, Rudolf Rocker defende uma concepção pluricausal, ou multicausal:

Todos os fenómenos sociales se producen por una serie de motivos diversos que, en la mayoría de los casos, están entrelazados de tal modo, que no es posible delimitarlos concretamente. Se trata siempre de efectos de múltiples causas, que pueden reconocerse claramente, pero que no se pueden calcular de acuerdo con métodos científicos. (Ibidem:06)

O historiador anarquista destaca que a “vontade de poder”, que parte sempre de indivíduos ou de pequenas minorias da sociedade, é uma das forças motriz mais importante da história, porém que tem importância decisiva na formação da vida econômica e social inteira. (Idem) É um erro muito grave para os historiadores, quando os diversos estratos sociais de uma determinada época, são reduzidos a uma relação econômica, e completa: Una interpretación tal no sólo empequeñece el campo general de visión del investigador, sino que hace de la Historia entera una caricatura que ha de conducir siempre a nuevos sofismas. (Ibidem: 09)

Rudolf Rocker diz que as condições econômicas, por si só, não podem modificar toda uma estrutura social, se não existirem nos homens as condições psicológicas e espirituais que deem sentido e agrupem as forças sociais dispersas para uma obra comum. (Ibidem: 10) Segundo ele, todos sabem que as questões econômicas têm muita influência na transformação das condições sociais, mas é muito mais importante saber o modo como os seres humanos reagem, em seu pensamento e ação, sobre a influência e os passos que dão no sentido de implantar uma transformação na vida social considerada necessária. (Ibidem: 13) Para destacar o estudo dos fatores subjetivos na história, ele escreve: El valor y la cobardía no son determinados por las formas eventuales de la producción, sino que arraigan en los estratos psíquicos del hombre. (ROCKER, 2007)

Ao estudar as relações de poder, Rudolf Rocker destaca que é necessário analisar a “política de domínio”, sem se importar por quem esta seja movida e nem a que finalidade imediata sirva. (Ibidem: 16) Para o historiador, que escreveu este texto em 1937, o estudo da “vontade de poder” ou “política de domínio”, pode ser um instrumento para a interpretação da história, e assim completa: El triunfo o el fracaso de los planes de dominio capitalista-monopolistas determinará la nueva estructuración de la vida social en el próximo futuro. (Ibidem: 18)

Portanto, para Rudolf Rocker, o reconhecimento da importância do fator econômico é a essência do socialismo, porém não justifica o reducionismo e o determinismo econômico. Diz que não existe possibilidade do uso do método científico das ciências naturais para a interpretação da história. Para ele, não existem leis históricas, mas acredita no regime de causalidade. As causas em história são manifestações das vontades humanas. Acredita que

seja interessante a busca por “previsão” na história. Escreve que, no máximo, pode-se falar em probabilidades em História, nunca em certezas. Defende a ideia de que, em história, não existe um mecanismo monocausal, mas sim pluricausal. O historiador acredita que a “vontade de poder” é um grande estimulador do desenvolvimento das formações sociais. Para ele, minorias, muitas vezes organizadas, possuem importância decisiva na formação da vida econômica e social de dadas sociedades. A “vontade de poder” ou a “política do domínio” deveriam ser mais bem estudadas na História, pois estas forças é que disputam e são deveras responsáveis pelas representações e construções sociais que existem. Rudolf Rocker, fazendo alusão às atividades políticas revolucionárias, diz que não são as condições econômicas que produzem o covarde.

#### 4. Conclusão:

As discussões propostas por Proudhon em relação à história estão de acordo com o historicismo e o empirismo positivista e da Escola Metódica, na medida em que ele não pretende criar uma teoria que explique toda a história, mas um “método que detecta o movimento da história”. Pretende deixar de lado toda metafísica, a filosofia da história, porém o que mais vemos em suas obras são citações de historiadores românticos, como Michelet. As contradições aparecem, e o autor não as nega, uma vez que ele afirma o movimento teleológico da história, representado na continuidade da ruptura. Para ele, os fenômenos desenvolvem-se em unidades arranjadas de forma sistêmica, onde cada parte mantém relativa ou total autonomia em relação ao todo. Defende as particularidades na história, o empírico, e que não há determinismo na história. Para Proudhon, a História é uma narrativa lógica, cronológica e que é utilizada de forma político-ideológica, funcionando com o auxílio de “ciências auxiliares”, que, para ele, seria a economia política. O modelo de ciência, segundo ele, era a ciência natural; por isso, Proudhon não admitia que a História produzisse leis, portanto a História não seria ciência. Proudhon discutia com Marx a questão da constituição de “Ciências Sociais”. Marx buscava a construção de uma teoria, não pelo método empírico, mas pelo dedutivo. Proudhon acreditava que a constituição de teorias, principalmente se não fossem fundamentadas em experiências, seria a intromissão da filosofia e da ideologia na ciência. Em uma carta em resposta a Marx, Proudhon escreve: (...) faço profissão pública de um antidogmatismo econômico quase absoluto. Se o senhor quiser, investiguemos juntos as leis da sociedade. (...) Mas, por Deus! Depois de demolir todos os dogmatismos a priori, não sonhemos, de nossa parte, com a doutrinação do povo. (RESENDE, 1986: 20) Proudhon dizia que não é o econômico que determina a sociedade, mas a sociedade (conjunto de vários fatores) que produz a economia. Ele morreu dois anos antes da publicação de O Capital.

Bakunin tenta “desvendar” o processo histórico, descrevendo sobre “estágios” ou “etapas” da história da humanidade. Proclama-se materialista, e escreve sobre as crenças, as concepções ideológicas e filosóficas dos seres humanos na história. É um iluminista, acreditando na razão e na ideia de progresso e evolução. Possui uma concepção metafísica da história, deixando

transparecer que existe um “objetivo”, um destino já traçado na história. Michael Bakunin desconfia do passado e possui fé no futuro. Defende uma ruptura com o passado, que o devir histórico é contra a história. Ele acredita que seria possível uma História ciência com suas leis correspondentes. A História científica, para Bakunin, não estudaria os indivíduos, mas somente os grandes grupos e classes. Teria como tarefa iluminar o caminho para libertação da sociedade e dos seres humanos. Bakunin afirma que existe algo exterior aos homens que condiciona o rumo da história; porém, ele acrescenta que a história é feita pelos homens, condicionados, que fecundam os elementos latentes do devir histórico. Ele possui uma concepção metafísica, hipotético-dedutiva e teórica para o estabelecimento da História ciência. Não se pode deixar de considerar que o texto de Bakunin é incompleto, foi interrompido. Sua análise histórica é muito fraca, metafísica, filosófica e muito idealista. Destaca-se que, no período em que ele escreveu seu texto, alguns historiadores já estavam procurando a constituição da história como ciência social, com suas teorias próprias e independentes. Ele procurou fazer o contraponto ideológico à produção de Marx, que escreveu sua tese fundamentando-se na economia política, enquanto Bakunin, embora se afirmando materialista, produziu o que hoje se chama “história das mentalidades”.

No início do século XX, antes da Primeira Guerra e da Revolução Russa, Kropótkine, também em oposição ao marxismo, diz que, entre os avanços da ciência, está a interpretação antropológica da história. Ele acredita que o evolucionismo confere cientificidade à História. Defende a utilização do método indutivo-dedutivo no estudo da História, que, para ele, é o verdadeiro método científico, partindo do empírico e confrontando com as teorias e generalizações antropológicas. Defende que os fatos econômicos devem ser estudados com os mesmos métodos das ciências naturais, ou seja, caso a caso. Defende também que o historiador deve ter compromisso político. Na historiografia das revoluções escritas, até aquele momento o que menos se vê é a participação do povo. Para saber da participação do povo na história, seus projetos, suas ações, suas formas de organização, lutas e ideias, é necessário procurar nos documentos históricos. Kropótkine pensava de acordo com os historiadores de seu tempo – procuravam uma história social, onde aparecesse a participação do povo. Defende uma concepção de história científica aliada às ciências sociais, principalmente a antropologia. Buscava provar que a “ajuda mútua” era o fator determinante no processo histórico, que conduzia a sociedade para o “reino” da igualdade e da liberdade. Apesar disso, no caso da História especificamente, foi bem coerente em termos teóricos e metodológicos.

O historiador Rudolf Rocker afirma que reconhecer a importância do fator econômico é a essência do socialismo, mas isso não justifica o reducionismo nem o determinismo econômico. Para ele, não existe possibilidade do uso do método científico das ciências naturais para a interpretação da história. Ele escreve que não existem leis históricas, todavia acredita no regime de causalidade. As causas em história são manifestações das vontades humanas. Não acredita em leis históricas, embora considere que, no máximo, seja possível falar em probabilidades em História, nunca em certezas. É contra a tese de um mecanismo monocausal, defendendo, sim, o pluricausal. Para Rudolf Rocker, a “vontade de poder” é um grande estimulador do desenvolvimento das formações sociais. As minorias, muitas vezes organizadas, possuem importância decisiva na formação da vida econômica e social de dadas sociedades. Os historiadores deveriam estudar mais a “vontade de poder” ou a “política do domínio”. Rudolf Rocker parece não estar acompanhando as transformações historiográficas

que passam a surgir a partir da Escola dos Annales. O modelo de ciência que os historiadores vêm tomando desde o início do século não é o das ciências naturais e nomotéticas, mas as ciências sociais que vêm se desenvolvendo. Sua crítica ao determinismo econômico propõe uma historiografia contrária ao marxismo-leninismo. Em sua principal obra, denominada “Nacionalismo e Cultural”, aborda questões caras ao socialismo, como o Estado e o nacionalismo. O estudo de sua prática historiográfica merece mais dedicação nos termos da metodologia e da historiografia. A princípio, o que pôde ser observado é que, neste capítulo sobre metodologia da história escrito por ele, não exclui o político da história como faz a Escola dos Annales.

Resumindo: o único que apresenta um pensamento destoante é Bakunin. Ele se difere dos outros anarquistas por acreditar em um “destino na história”, na razão iluminista e na ciência. Defende que o principal fator determinante na história é o fator econômico, aposta na constituição da “Ciência histórica” e que sejam criadas leis históricas. O método de Bakunin é hipotético-dedutivo (metafísico). Proudhon, querendo criar um método e defendendo o empirismo, criou uma teoria. Kropótkine misturou “ciência” e ideologia (filosofia), contudo foi capaz de formular orientação mais coerente para a prática historiográfica, para a construção do saber histórico ao relacionar a história com a antropologia. O único problema nas discussões de Rudolf Rocker é o fato de ele considerar somente o modelo das ciências naturais como sendo o verdadeiro método científico.

Considerando as observações acima, o pensamento anarquista em relação à história apresenta algumas características: a aposta na concepção de que os homens possuem autonomia relativa perante o devir; que a história é uma construção a partir da disputa de vários projetos e de diversos agentes sociais; que não existe determinismo; que existe uma continuidade de rupturas; que as causas em história são de caráter humano e social; que não existe um mecanismo monocausal, mas sim pluricausal e que não existem leis, em história. A história existe em diálogo com as ciências sociais. Os anarquistas defendem em primeiro lugar o estudo do empírico, as particularidades, individualidades e especificidades, articulando, estas, ao global e geral, à unidade e à teoria. No campo temático, os anarquistas em estudo apostam na história das ideias e mentalidades, uma história social da cultural.

A questão fundamental, para os tempos atuais, é que os projetos sociais de igualdade e liberdade não dependem da vontade da ciência. A ciência não tem vontade. As ideologias sim, estas podem construir, de acordo com as condições reais, seus projetos de socialismo e liberdade. A História pode contribuir, na construção dos discursos de identidade, nas memórias de lutas, no estudo dos processos reais, para a construção dos programas revolucionários. A busca do sentido que defende Dosse pode estar na possibilidade de trabalhar com a pluralidade serial, respeitando as particularidades e articulando de forma federativa e libertária os saberes e poderes em “combates pela história”.

## 5. Bibliografia.

BAKUNIN, Michael Alexandrovich. 1814 – 1876. Textos Anarquistas. Seleção e notas de Daniel Guérin. Porto Alegre: L&PM, 1999.

BAKUNIN, Mikhail. Deus e o Estado.  
<http://www.culturabrasil.org/deuseoestado.html>.26/06/2008.10:25

COLLIOT-THÉLÈNE, Catherine. Max Weber e a história. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DOSSE, François. A História em migalhas: dos Annales à Nova História. Tradução Dulce Oliveira Amarante dos Santos; revisão técnica José Leonardo do Nascimento. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

GURVITCH, Georges. Proudhon e Marx. Biblioteca de textos universitários. 2ª Edição. Editorial Presença/Martins Fontes.s.d.

KROPÓTKINE, Peter. A Questão Social: O humanismo libertário em face da ciência. Rio de Janeiro, Ed. Mundo Livre. s/d.

MONGE, Rodrigo Quesada. Utopia y anarquía em el discurso historiográfico contemporâneo. Escaner Cultural. Santiago de Chile. Revista Virtual. Ano 8. Número 82, Abril de 2006.  
<http://www.escaner.cl/escaner82/perfiles.html>. 25/06/2008. 11:05.

REIS, José Carlos. Da “história global” à “história em migalhas”: o que se ganha, o que se perde? In: Questões de teoria e metodologia da história. Porto Alegre: Ed.Universidade/UFRGS, 2000.

REIS, José Carlos. A história entre a filosofia e a ciência. São Paulo. Ática, 1996

RESENDE, Paulo-Edgar e Edson Passeti. Pierre-Joseph Proudhon:Política. São Paulo. Ed. Ática, 1986.

ROCKER, Rudolff. La insuficiencia de todas las interpretaciones históricas. In: Nacionalismo e Cultura.1ªEd.Londres, 1937. 1ª Ed. Cibernética, março de 2007.  
[http://es.wikipedia.org/wiki/Rudolf\\_Rocker](http://es.wikipedia.org/wiki/Rudolf_Rocker)

WOODCOCK, George. História das idéias e movimentos anarquistas –v.2, O movimento. Porto Alegre, L&PM, 2002.

Obs.:Artigo integrante dos instrumentos avaliativos utilizados pelo Prof. Dr. Arno Alvarez Kern durante o Seminário: “Debates teóricos do tempo presente sobre a epistemologia do passado: teorias da história e da arqueologia.”. Mestrado em História - PUCRS.2008.

